

# NOVO CARÁTER DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BRASIL

**Pedro Paulo Biazzo**

[ppbiazzo@ig.com.br](mailto:ppbiazzo@ig.com.br)

**Glaucio José Marafon**

Depto. de Geografia

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

Rua Corrêa Dutra, nº 52, apto. 501

Flamengo, Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22210-050

[glauciomarafon@uol.com.br](mailto:glauciomarafon@uol.com.br)

## 1. Introdução

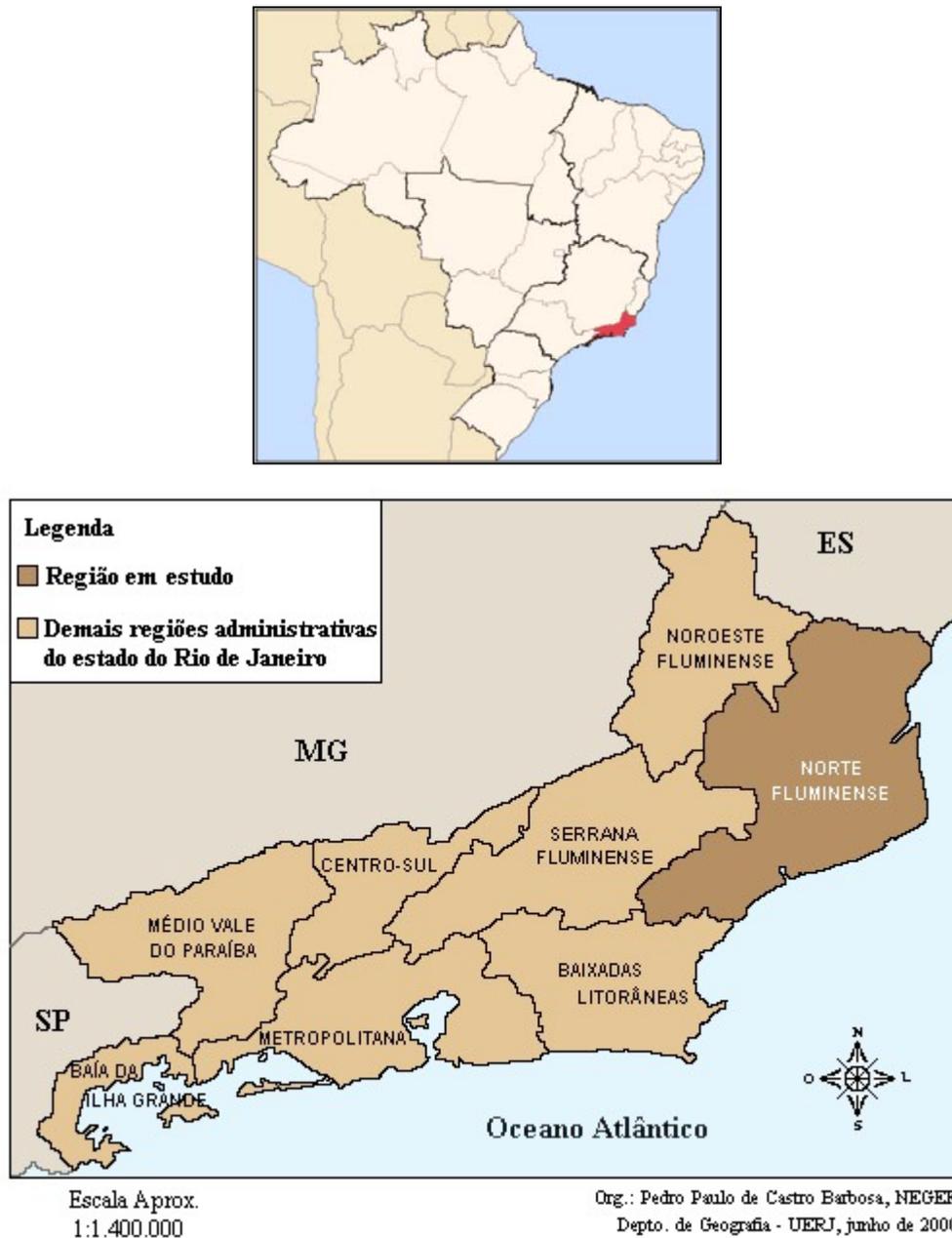
É de longo percurso a tradição, firmemente constituída, de estudos sobre a urbanização, a modernização das atividades agropecuárias e as decorrentes transformações no campo brasileiro. Através da incorporação de diversos fatores que dinamizam a produção, trabalhadores e habitantes do campo se vêem influenciados por novos ritmos de trabalho e de vida, capazes de alterar profundamente seu cotidiano e, portanto, a dinâmica dos espaços convencionalmente denominados “rurais”, que aqui se prefere chamar de campestres. A partir do momento em que se organizam de acordo com os interesses de agentes sociais que vivem nas cidades, os espaços que compõem o campo adquirem novas “formas” e novas “funções”, termos aqui considerados na acepção de Santos (1996). Este movimento se consubstancia em faceta bem estudada das relações campo-cidade, largamente referenciada e enunciada desde os anos 1970 como processo de “modernização agrícola”, seja na literatura especificamente geográfica (MOREIRA, 1982 e MARAFON, 1998), seja em estudos econômicos (GRAZIANO DA SILVA, 1978), históricos (LINHARES e SILVA, 1981), sociológicos (MARTINS, 1986), antropológicos (VELHO, 1979) e, mesmo, agrônômicos, entre tantos outros.

Mais recente é o desenvolvimento de estudos que abordam o outro lado do mesmo processo, qual seja, a metamorfose nas formas e funções de cidades de pequeno, médio e, mesmo, de grande porte, que por vezes se tornam, ou voltam a ser, complementos comerciais de atividades efetivadas fora de seu perímetro, sejam de caráter agropecuário, sejam ligadas ao setor primário. Na Europa, autores como Kayser (1996) já analisavam estas transformações desde os anos 1980, enquanto no Brasil começaram a ser estudadas por volta de uma década depois, com diversos autores como Santos (1994) e Elias (2003) que, para nosso país, as denominaram “interiorização urbana”. Trata-se de processo multifacetado, que inclui o fenômeno da pluriatividade, o movimento de terciarização da economia, novas formas associadas a aparatos técnicos de comunicação e transportes, assim como o novo papel exercido por cidades médias na rede urbana brasileira.

Associadas, essas duas facetas das relações campo-cidade são capazes de revelar um conjunto de manifestações a definir-lhes um novo caráter. Revisitar este tema tão estudado na história do pensamento geográfico requer, na atualidade, que se considerem as renovadas bases teóricas e metodológicas acerca da dimensão histórica do espaço e acerca do processo de globalização do capitalismo, que constrói múltiplas situações de inserção dos locais em redes de abrangência espacial bastante variável.

Dentre a miríade de subespaços em escala de abrangência micro ou mesorregional circunscritas ao Brasil e a toda América Latina, o norte do Estado do Rio de Janeiro é um daqueles que mais se destacou nas últimas décadas pelas profundas alterações em sua dinâmica, relacionadas sobretudo à exploração petrolífera na plataforma continental. (ver localização no Mapa 1).

**Mapa 1. Localização do Estado do Rio de Janeiro na América do Sul e no Brasil e Localização da Região Norte Fluminense no Estado do Rio de Janeiro**



Localizado mais especificamente na porção nordeste do estado do Rio de Janeiro, atualmente o Norte Fluminense se refere a um conjunto regional baseado em critérios diferentes dos originais, que modificaram sua delimitação. Em regionalização oficial do governo foi inicialmente denominada como “Zona da Baixada de Goitacazes” (BERNARDES, 1948). Esta área, ao ser delimitada pela Fundação CIDE<sup>146</sup>, está hoje composta por 9 municípios, formando uma região de governo ou administrativa, dentro de uma proposta de regionalização que reaproveita as micro-regiões homogêneas do IBGE<sup>147</sup>, agrupando-as e rearranjando seus limites em função do recente surgimento de novos municípios. O Norte Fluminense atual é, portanto, uma região-programa ou região de planejamento do governo estadual que herda a proposta do IBGE em delimitar unidades que, em meso e micro escalas, não transpõem os limites estaduais. Mesmo assim, o governo do estado do Rio de Janeiro, através da Fundação CIDE, realizou alterações na divisão regional intra-estadual.

Tradicionalmente associada ao cultivo de cana-de-açúcar e à produção açucareira, a imagem de região de agricultura comercial consolidada vem se diluindo em face da crise agrícola e agroindustrial e diante de novos processos que conduzem à urbanização. Temas diversos associados a tal dinâmica regional foram recentemente analisados por Piquet (2003, 2007), Rua (2003), Castro Barbosa (2003), Barreto (2005) e Silva (2005), entre outros autores. A grande expansão da exploração de petróleo na plataforma continental da Bacia de Campos originou o recebimento e aplicação de recursos provenientes do pagamento de royalties e participações especiais pelas prefeituras dos municípios que compõem esta e outras regiões do interior fluminense e reforçou a tendência de fragmentação da malha municipal presente desde a Constituição de 1988. Deste modo, nos anos 1990, houve grande reforço de interesses econômicos em torno da autonomia política local e cinco novos municípios foram criados: Quissamã e Carapebus, antigos distritos de Macaé; São Francisco de Itabapoana, outrora distrito de São João da Barra; Cardoso Moreira e Italva, anteriormente distritos de Campos. Este último, ao se emancipar, passou a integrar a Região Noroeste Fluminense (ver Mapa 2).

Embora de caráter “offshore”, ou seja, realizadas fora das terras emersas continentais, a exploração e a produção de petróleo interferem fortemente na formação sócio-espacial do Norte Fluminense. A decisão da Petrobrás de instalar suas bases de operação no município de Macaé gerou acelerada expansão desta cidade, que na atualidade vem se aproximando de Campos como principal centro urbano regional. O município de Macaé apresenta, hoje, forte processo de industrialização e seu papel é crucial para o estabelecimento das novas dinâmicas que aqui se pretende analisar, associadas às novas características das relações entre campo e cidade.

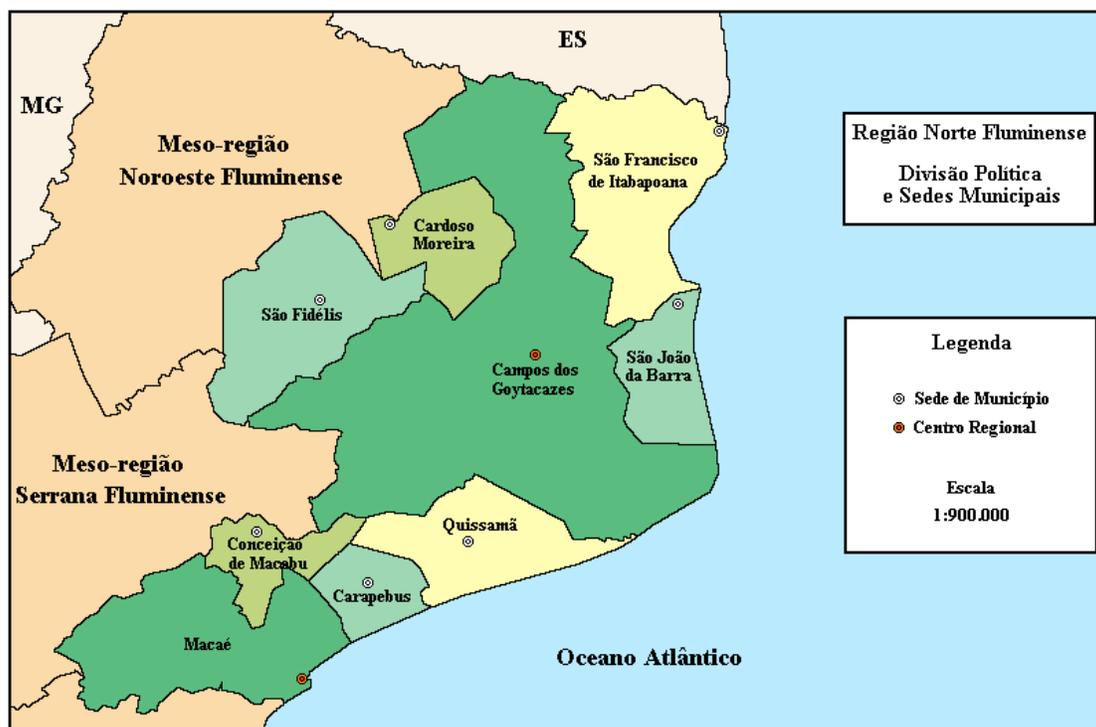
A partir destas considerações, portanto, se delineia o objetivo principal deste estudo: investigar como vem ocorrendo uma reorganização espacial no Norte Fluminense, envolvendo a combinação das formas relativas ao campo e à cidade (expressas na paisagem) e das funções que abrigam ruralidades e urbanidades, definidas a partir de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do trabalho.

---

<sup>146</sup> A Fundação Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Controle. Seu objetivo é produzir informações, fornecer dados sobre os diferentes setores de atividades e conhecer aspectos variados do estado (CIDE, 1997).

<sup>147</sup> As principais regionalizações do Brasil, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram as de 1942 e 1968. As concepções e os critérios utilizados em ambas ainda influenciam, de forma direta, a divisão regional operada pela Fundação CIDE.

**Mapa 2. Divisão Político-Administrativa da Região Norte Fluminense - Brasil**



Org.: Pedro Paulo de Castro Barbosa, NEGEF  
Depto. de Geografia, UERJ, maio de 2001

Para atingir tal objetivo, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca das relações campo-cidade, colocando em cheque certas visões sobre este tema, limitadas por não distinguir claramente “campo” de “rural” ou “cidade” de “urbano”. Trata-se de um esforço para esclarecer o significado de tais expressões e descartar um viés produtivista, próprio da sociologia da agricultura e tão comumente caro à geografia agrária.

A geografia fluminense torna-se especialmente interessante para tanto, pois a situação de macrocefalia urbana é uma de suas mais expressivas marcas. Associada à fragilidade de vínculos históricos da metrópole com a hinterlândia, chegou a fomentar imagens como a da “ausência de interior”. A altíssima taxa de urbanização do estado, acima de 90%, facilmente gera outra imagem: a de que expressões de caráter rural teriam se extinguido. Porém, o Interior Fluminense, conjunto de 72 municípios agrupados em sete Regiões de Governo, além de apresentar condições sociais, atividades, potencialidades econômicas e quadro natural, todos bastante diversificados, possui inúmeras manifestações concretas e simbólicas associadas ao “mundo rural”.

## **2. Dinâmicas espaciais no norte do Estado do Rio de Janeiro**

Em documentos oficiais do governo do estado, as características descritas para a Região Norte Fluminense são as seguintes:

A economia açucareira caracteriza, tradicionalmente, a Região Norte Fluminense. Mais recentemente, a partir da década de 1970, outros dois produtos - o álcool e o petróleo, têm

apresentado importância crescente na economia regional, colocando-a, assim, como uma das principais regiões do estado. Contudo, a forma como a agricultura regional tem-se desenvolvido vem provocando o êxodo rural. Este quadro relaciona-se à sazonalidade da utilização da força de trabalho na agricultura canavieira, sendo reforçado pela concentração da produção do açúcar e do álcool em grandes usinas e pela mecanização das grandes propriedades. Por outro lado, a não absorção desses fluxos migratórios nas áreas urbanas acentua as elevadas taxas de desemprego e a favelização. A atividade de exploração de petróleo, com base de apoio em Macaé, vem promovendo um crescimento acelerado da malha urbana, com a proliferação de submoradias (CIDE, 2005, p. 3).

A participação do petróleo na economia dos municípios do Norte Fluminense foi fato novo para uma região em que a formação sócio-espacial pretérita esteve atrelada, quase unicamente, à economia canavieira.

Atualmente o município de Campos, com 4 usinas em funcionamento, continua a ser o espaço central do Norte Fluminense na produção e transformação da cana-de-açúcar. Na medida em que Quissamã e Carapebus, antigos distritos de Macaé, se emanciparam, este último município perdeu suas antigas porções territoriais predominantemente dedicadas à atividade canavieira e, na atualidade, encontra-se quase totalmente à margem do setor sucro-alcooleiro regional, com um reduzido número de fornecedores. Esses dois municípios, além de Conceição de Macabú, por não possuírem nenhuma unidade agroindustrial em funcionamento, também ocupam posição periférica no que diz respeito ao setor. São João da Barra, a leste e São Fidélis, a noroeste da região, são municípios que se tornaram cada vez menos relevantes na produção canavieira, na medida em que as únicas usinas existentes em cada um dos dois municípios foram recentemente fechadas em 2001 e reabertas em 2003. Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana, por sua vez, são espaços periféricos, mas ainda bastante integrados a Campos, devido ao grande número de trabalhadores, no caso do primeiro e ao grande número de fornecedores, no caso do segundo, ainda que os produtores de cana do norte de São Francisco vendam sua produção para a usina Paineiras, localizada ao sul do estado do Espírito Santo. Ao todo, apenas 6 usinas em toda a região continuavam em atividade na safra 2007.

Esta contínua crise na produção de cana, açúcar e álcool no presente está ligada a fatores como a crescente escassez de matéria-prima em contraste com o aumento exagerado do parque agroindustrial ocorrido nos anos 70; a concorrência, o fechamento de usinas e sua busca por fornecedores de cana; a liberação dos preços do açúcar, do álcool e da cana-de-açúcar, com o fim de uma tradição subvencionista estatal nos anos 90; a pequena expressividade da agroindústria canavieira do Norte Fluminense em comparação com o complexo sucro-alcooleiro paulista e a exclusão social agravada pelo desemprego.

Deste modo, a exploração do Petróleo na Bacia de Campos e a contínua crise do setor sucro-alcooleiro regional produzem uma visão que aprofunda contrastes entre momentos distintos, temporalidades bem marcadas. O primeiro deles é relativo o longo período em que o Norte Fluminense “sobreviveu da cana”, em meio ao qual emerge e se consolida uma visão da região como área predominantemente “rural” e dinâmica: a porção mais ao norte da Baixada Fluminense, cuja “vocação agrícola” era dificilmente posta em questão. O segundo momento se refere às últimas três décadas, quando a Petrobrás passou a investir na produ o de petróleo em campos marítimos, situados em parcela da plataforma continental brasileira correspondente, em latitude,   costa dos municípios do Norte Fluminense.

Para analisar as atuais dinâmicas geradoras de transforma es no espaço regional, cabe distinguir, então, outras territorialidades, relativas a diferentes setores de atividade econ mica, compostas por grupos empresariais, pelo Estado e pela popula o atuante no mercado de trabalho.

Por “territorialidades”, entendem-se “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (SOUZA, 1995, p. 99). Cada grupo, entidade ou agente social se manifesta espacialmente, alterando a dinâmica de relações no espaço geográfico. Se “territorializa” e configura, portanto, sua territorialidade, seja ele uma comunidade local, uma grande ou pequena empresa, uma instituição estatal, uma organização não-governamental, entre tantos outros exemplos. É deste “campo de forças” (SOUZA, 1995), disputas de poder e consequentes modos de apropriação, que se configuram as dinâmicas em recortes do espaço geográfico socialmente inventados. O Norte Fluminense ou qualquer parcela do espaço material, se constrói e se reconstrói a partir da existência de múltiplos agentes sociais, que nele originam diversas territorialidades sobrepostas.

A expressão espacial da atividade petrolífera se revela, principalmente, mas não exclusivamente, através de dados sobre a territorialidade da Petrobrás, na atualidade o maior agente promotor de transformações no espaço regional. As atividades desta empresa, sozinhas, representam aproximadamente 20% de toda a economia fluminense (CIDE, 2005). A produção de petróleo na Bacia de Campos foi iniciada em 1977 e gradativamente gerou o maior complexo petrolífero do país, com área de 100 mil km<sup>2</sup>, composta por 55 campos de exploração (45 em produção). Segundo dados da própria empresa (PETROBRAS, 2007), o total da força de trabalho empregada na Bacia de Campos é de aproximadamente 52 mil trabalhadores, dentre os quais 42 mil em alto mar, distribuídos por 43 plataformas de produção e 124 embarcações de apoio, entre navios e rebocadores, além de 56 helicópteros.

Em terra, a Petrobrás possui instalações não apenas em Macaé, mas também algumas em Campos e em São João da Barra, além de oleoduto que se estende pelos municípios de Quissamã, Carapebus e Macaé. No entanto, o mais importante a considerar quanto ao papel da empresa na economia regional é o já aludido pagamento de royalties e participações especiais aos municípios e ao governo do Estado do Rio de Janeiro, embora nenhum barril de petróleo seja processado e refinado no Norte Fluminense. Ao analisar as relações entre a atividade petrolífera e a dinâmica regional do Norte Fluminense, Piquet (2003, p. 224) destaca que “a chamada indústria do petróleo contém fortes efeitos de encadeamento que podem deflagrar virtuoso processo de mudanças estruturais ou, ao contrário, pode permanecer como mero enclave na região em que se localiza”. Até o momento, o conjunto regional do Norte Fluminense parece se encaixar mais no segundo, do que no primeiro caso. Em escala local, entretanto, a gestão e aplicação de recursos provenientes dos royalties é bastante variável e, na região em foco, parece gerar diversos impactos positivos em poucos casos, como os dos municípios de São Francisco de Itabapoana (CASTRO BARBOSA e MARAFON, 2003a) e de Quissamã (CASTRO BARBOSA e MARAFON, 2003b).

Segundo dados fornecidos pela ANP – Agência Nacional de Petróleo (2007), os royalties são pagos para mais de 70 dentre os 92 municípios do estado. A análise de Piquet (2003), também demonstra em detalhes a participação destes municípios e destaca que quatro, dentre os dez municípios que mais recebem royalties no país estão situados no Norte Fluminense (Campos, Macaé, Quissamã e Carapebus). Em 2001, a criação da Ompetro – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos – delineia uma nova possibilidade de recorte regional bastante diferenciado do aqui analisado, por incluir os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, todos pertencentes a outra região de governo (Baixadas Litorâneas), e também por não incluir os municípios interioranos de Cardoso Moreira, São Fidélis e Conceição de Macabú, oficialmente integrantes do Norte Fluminense.

Entretanto, a atividade petrolífera, a industrialização e a urbanização não foram os únicos fatores capazes de modificar relações entre campo e cidade desde os anos 1990 na região. Como já mencionado, ainda que o cultivo de cana esteja enraizado como fonte de renda e sustento de muitas famílias, a conjuntura propriamente estadual e regional ao longo das décadas de 1990 e 2000 se mostrou, por um lado, desfavorável a esta atividade e contribuiu, por outro lado, para que diversos trabalhadores procurassem outras ocupações no campo e na cidade. A principal opção de muitos fornecedores de cana (principalmente médios e grandes) se tornou investir também na produção de frutas, concorrendo para o começo de uma reconversão produtiva que havia se esboçado no final da década de 1970, circunscrita ao distrito (atual município) de São Francisco de Itabapoana. Fora deste município, essa reconversão baseada na fruticultura não se desenvolveu na prática ao longo da década de 1980 e no início da década de 1990, mas se tornou mais provável e um pouco mais consistente a partir de 1997, momento em que o governo estadual colocou em prática o Programa Frutificar, oferecendo financiamento para projetos de abacaxi, maracujá e côco, com juros baixíssimos e ótimas condições de pagamento.

O Programa Frutificar foi criado pelo governo estadual em parceria com a FIRJAN, a Emater-Rio e o Sebrae. Empresas de irrigação também participam do projeto como parceiras. É possível afirmar que o município de São Francisco de Itabapoana logo serviu de “laboratório”, ou seja, primeiro local onde foram aprovados e executados projetos de lavouras, em um programa que já previa de antemão a criação de um pólo fruticultor em escala meso-regional, englobando não apenas os municípios do Norte Fluminense, mas os da Região Noroeste e, conforme previsto, também municípios da Região das Baixadas Litorâneas, ambas contíguas à primeira.

Criou-se, portanto, ainda que de forma relativamente incipiente, uma opção no mercado de trabalho especificamente agrícola. Além do trabalho na enxada, preparando a terra para rebrota da cana, do plantio de canaviais e do corte de cana, passou a existir uma demanda, hoje decrescente, por força de trabalho, na polinização do maracujá e na indução do abacaxi, por exemplo. Paralelamente, o que se verifica cada vez mais, em inúmeras localidades da região, é a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas para a composição da renda de cada produtor. Na medida em que a mecanização da lavoura canavieira e a crise do setor sucro-alcooleiro provocaram a dispensa de muitos trabalhadores, grande parte do excedente procurou trabalhos temporários em atividades urbanas como, por exemplo, a construção civil.

Através da análise dos discursos presentes em documentos do Governo do Estado relativos ao Frutificar (FIRJAN, 1998) e relativos aos impactos econômicos positivos da produção petrolífera (SECTEC, 2000), se pode perceber a nítida intenção de desfazer a identidade territorial do Norte Fluminense ligada à agricultura comercial tradicional e construir no lugar duas identidades: a de um desenvolvimento urbano alavancado pela formação de um pólo industrial e a de uma agricultura moderna, dinâmica, voltada para a exportação, futuramente independente do subvencionismo estatal, ao contrário da atividade canavieira. A primeira delas busca se firmar calcada no crescimento dos setores secundário e terciário, negando uma “vocaçãõ” agrária atrasada. A segunda procura negar esta mesma agricultura canavieira em nome de um “novo rural”, associado à “agricultura familiar” e a um “doce genuíno” ligado à presença de solos adequados às lavouras de frutas (FIRJAN, 1998).

Deste modo, as territorialidades relativas às atividades agrárias, bem como a disputa pela identidade territorial no Norte Fluminense, hoje derivam de uma ampla redefinição do peso de diferentes atividades econômicas, que se consubstancia na disputa pela hegemonia do espaço regional, da qual fazem parte as ações diretamente ligadas ao controle do Governo do Estado do Rio de Janeiro - nas duas últimas gestões (1999-2006), teve governadores eleitos provenientes de Campos dos Goytacazes.

A trajetória e as características da urbanização na região se revelam, portanto, a partir de algumas destas variadas transformações de caráter político, cultural e econômico. Devido às perspectivas ruins para a agricultura canavieira e a um progressivo esvaziamento do Programa Frutificar, as migrações campo-cidade continuam a se intensificar na região.

Campos permanece como cidade mais diversificada em produtos e serviços e vem se tornando um pólo universitário mais consolidado, principalmente devido à presença da UENF e do CEFET. Nos anos 2000, a cidade voltou a passar por um processo de verticalização e se expande, na atualidade, no sentido leste, na medida em que São João da Barra, município vizinho, tornou-se alvo de especulação imobiliária devido à confirmação de que o projeto Porto do Açú será realizado. Macaé, por sua vez, foi o município que mais se industrializou devido à chegada de dezenas de empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de equipamentos para a Petrobrás. Inicialmente expandida no sentido norte, com a urbanização de Barra de Macaé, hoje a cidade de Macaé se alastra no sentido sul, onde se formam novos bairros como o Balneário dos Cavaleiros, que abriga grande parte da mão-de-obra especializada vinda de grandes metrópoles brasileiras ou, mesmo, do exterior.

Dentre os municípios de menor porte demográfico destacam-se São Fidélis, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, que apresentaram índices de urbanização mais elevados nos últimos trinta anos. Em contrapartida verificam-se, em todo o Norte Fluminense, além da continuidade de movimentos migratórios do tipo “rural-urbano”, a progressiva intensificação dos movimentos vila-cidade, com a estagnação ou, mesmo, o esvaziamento de sedes de distrito, algo que vai ao encontro de tendências verificadas em escala nacional.

Entretanto, a recente reabertura de horizontes positivos para a produção e comercialização de etanol em escala nacional vem começando a configurar nova dinâmica, onde fornecedores de cana, empresas agroindustriais e, mesmo, a Petrobras, podem apresentar renovados interesses em comum, voltando a possibilitar a expansão de lavouras e, mesmo, a desaceleração do processo de migrações campo-cidade em alguns dos sub-espacos do Norte Fluminense.

Assim, a região é exemplo de como se estabelecem conexões cada vez mais diretas entre as dimensões econômica, política e cultural do processo de urbanização. A atual relevância geo-econômica e geopolítica do Norte Fluminense a transformam em objeto de estudo peculiarmente interessante, principalmente ao se considerar as disputas identitárias travadas entre os principais agentes que interferem na organização do espaço, trazendo consigo a modificação das representações sociais acerca do “urbano” e do “rural”.

### **3. Um outro olhar sobre as relações campo-cidade**

Em uma perspectiva teórica atual na sociologia rural, na história e na geografia agrárias, funções e costumes de origem rural não desaparecem em face da urbanização, pois são construídos por agentes sociais (MORMONT, 1989 e REMY, 1989). Utilizando os fundamentos teóricos estabelecidos por Santos (1996), considera-se que, enquanto cidade e campo são formas no espaço, rural e urbano são conteúdos sociais dessas formas. Tais conteúdos podem se combinar e conviver nos mesmos locais, nas práticas dos mesmos agentes sociais. Refuta-se aqui expressões como “espaço rural” ou “espaço urbano”, e opta-se pela indicação da presença de “ruralidades” (CARNEIRO, 2003 e MOREIRA, 2002) no território fluminense, fazendo referência não exatamente a um espaço ou a um modo de vida, porém a hábitos,

costumes, funções e racionalidades. “A novidade está em incluir o urbano no rural e vice-versa, tendo a consciência de que um é pensado a partir do outro.” (BIAZZO, 2007, p. 12).

Assim como existem ruralidades dispersas por todo o território fluminense, presentes até mesmo no núcleo da metrópole, há uma tendência à expansão de “urbanidades”, conceito utilizado por Carlos (1996) e por Rua (2001), ao destacarem uma urbanização ideológica, cultural, extensiva e difusa que se antecipa à urbanização formal, ligada à presença de infraestrutura e à delimitação de perímetros urbanos pelas prefeituras.

Esta leitura pode, então, ser associada à visão de Milton Santos (1996) e deste mesmo autor junto com Silveira (2001), acerca do espaço geográfico: este figura como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Objetos são formas, fixos. Ações são relações sociais, fluxos, funções, conteúdos. Enquanto os primeiros compõem a infra-estrutura (para os autores, “tecnosfera”), os segundos engendram a superestrutura (“psicosfera”). Campo e cidade são, portanto, materialidades. Concretizam-se como paisagens contrastantes. Ruralidades e urbanidades são racionalidades ou lógicas. Manifestam-se por meio de nossos atos, através das práticas sociais. Na esfera dos sujeitos, são conteúdos incorporados no curso da vida. Na esfera das instituições ou agentes coletivos, são ora incorporados, ora herdados. De qualquer modo, são representações provenientes de diferentes universos simbólicos, reproduzidos por cada indivíduo em seu convívio social.

São inúmeros os exemplos de novas identidades rurais ou manifestações de ruralidades encontrados tanto no campo quanto na cidade. Associadas à economia seriam a revitalização de práticas de produção orgânica nas atividades agrárias, o turismo rural em espaços campestres e os mercados futuros de *commodities* em espaços citadinos. Associadas à política seriam o personalismo e o clientelismo, os embates na OMC acerca de subsídios agrícolas, as disputas no âmbito dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário no Brasil, os movimentos sociais como o MST. Associadas à cultura, como já se destacou, envolvem a busca de uma reaproximação da natureza pela população citadina, os hábitos de origem *country*, o sucesso de músicas sertanejas, entre muitos outros.

Por outro lado, as urbanidades associadas à economia se manifestam através de complexa divisão social do trabalho, redes técnicas, de transporte e comunicação, tanto no campo quanto na cidade. Associadas à política se revelam no planejamento e nos planos de gestão do território, na crescente “densidade normativa” (SANTOS e SILVEIRA, 2001) dos espaços citadinos e campestres. Por fim, associadas à cultura, as urbanidades se manifestam com a emancipação feminina e a redução da divisão sexual do trabalho, com a fluidez de informação, com a estetização de comportamentos de acordo com as mídias, entre muitos outros exemplos.

Sintetizando a proposta para que a nova mensagem dos pesquisadores seja acompanhada de correspondente linguagem: campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; “urbano” e “rural” são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade. Por isso, urbanidades e ruralidades se combinam em cada recorte do espaço, seja um local, seja uma micro, meso ou macro região. Mais do que isso, urbanidades e ruralidades se combinam nos atos e na visão de mundo de cada indivíduo. São atributos, não substantivos. Propõe-se, aqui, abandonar por completo o vínculo direto entre espaço e “rural”, ou espaço e “urbano”, para que, referidas como ruralidades e urbanidades, tais categorias adquiram conteúdo analítico.

Com base em toda esta apreciação, torna-se possível encarar os espaços com outros olhos: não obrigatoriamente rurais quando houver predomínio de atividades agrárias, não

necessariamente urbanos quando houver aglomerações populacionais minimamente dotadas de infra-estrutura. Apesar de perímetros urbanos serem oficialmente definidos pelo IBGE (cidades e vilas), não há como traçar limites qualitativos entre um “mundo rural” e um “mundo urbano”. Seguindo a perspectiva presente em Rua (2002), pode-se afirmar que enquanto há maior difusão de urbanidades nas regiões do Médio Vale do Paraíba, Serrana e das Baixadas Litorâneas, as regiões Norte e Noroeste apresentam menor difusão. Paralelamente, não se pode afirmar que nestas últimas haja maior presença de ruralidades do que em qualquer outra. Simplesmente porque os símbolos e as sociabilidades herdadas de um mundo rural, assim como o quadro das atividades agrárias no estado do Rio de Janeiro, são indissociáveis dos processos que levam à urbanização.

Em suma, lógicas exógenas são parcialmente incorporadas aos espaços e originam uma espacialidade derivada. Devido a isso, em retorno às relações campo-cidade deve-se, então, considerar que as racionalidades autóctones incorporam informações e produzem urbanidades e ruralidades no local.

Deste modo, se as urbanidades se difundem e se apresentam cada vez mais dispersas no espaço, o mesmo ocorre com as ruralidades. Há diversos exemplos, no Brasil, relativos à presença de ruralidades que compõem as funções de uma cidade e o seu próprio processo de urbanização, que se revelam corporativos, personalistas e/ou comprometidos com interesses do agronegócio. Este seria um movimento de difusão de ruralidades na cidade promovido por agentes que detêm meios de produção. Uma leitura atenta de Santos (1999), em sua análise da globalização, deixa bem claro que “homens lentos”, que não dominam o saber moderno, também podem gerar transformações. É o caso de produtores agrícolas que buscam a revalorização de sua identidade local através da formação de cooperativas e de movimentos de reconversão produtiva, algo gerador de novas identidades sociais (ou ruralidades) tanto no campo, como na cidade.

Para buscar um suposto “desenvolvimento”, a definição de identidades territoriais para cada parcela do Estado do Rio de Janeiro em escala meso-regional, por meio das Regiões de Governo, forja um “imaginário social” (PESAVENTO, 1995) marcante e convincente. Contudo, empobrecedor de singularidades locais, perigoso porque comprometedor de reais possibilidades de desenvolvimento, já que a subjetividade de cada local é freqüentemente desconsiderada, em nome de uma “imagem mercantilizada” (JAMESON, 1991). Raro encontrar nas imagens de maior difusão pelas mídias uma negação da lógica dominante atrelada aos interesses das grandes corporações, ou uma afirmação dos interesses genuínos das populações.

Retornando à premissa presente em Pesavento (1995), de que o imaginário social se revela basilar para a compreensão dos processos de transformações históricas, rural e urbano, como representações são componentes do processo de produção do espaço geográfico. Originalmente, tais representações são baseadas no predomínio de atividades agrárias em certas parcelas do espaço, e no predomínio de atividades não-agrárias em áreas citadinas. Por vezes, essas representações correspondem, portanto, às funções concretamente verificáveis. Porém, noutros tantos casos, transcendem as funções dominantes em cada recorte espacial e, em áreas campestres ou citadinas, se expressam através de costumes dos indivíduos, da presença e atuação de instituições, empresas, movimentos sociais, entre outros.

Deste modo, serão inúmeros os exemplos de representações do urbano e do rural, que se manifestam concretamente como urbanidades e ruralidades no espaço. Apenas para citar um dos mais importantes: para o produtor de cana ou de frutas do Norte Fluminense ou de

qualquer área campestre, a composição de lavouras com auxílio da Embrapa ou, mesmo, da Emater, significam uma expressão de “modernização”, de urbanidade, ligada à atuação institucional e legítima, ordenadora e racional proveniente do Estado. Ao mesmo tempo, as instalações de cada uma delas (sedes locais) nas cidades de Campos, Macaé, ou em qualquer outra, representam ruralidades em meio ao espaço citadino.

De modo geral, neste recorte espacial analisado, as novas urbanidades e ruralidades se manifestam diante de uma acelerada dinâmica de reconversão produtiva envolvendo agroindústria e indústria petrolífera, dentro da qual o Estado cumpre papel central através do ente municipal, ao aplicar os recursos provenientes de royalties. No Norte Fluminense, as relações cidade-campo na atualidade se estabelecem a partir de formas e funções originadas em diferentes temporalidades e, devido à presença da Petrobrás, estão cada vez mais submetidas a mudanças de acordo com dinâmicas exógenas, por se tratar da maior empresa do país. Sua atuação deriva parcialmente de flutuações econômicas e tendências geopolíticas internacionais, de modo que, para de fato compreender as atuais relações entre campo e cidade, o peso dos denominados “nexos extrovertidos” que se estabelecem na região (SANTOS, 1999) se torna cada vez maior.

Tanto as cadeias produtivas mais sofisticadas, como a dos serviços de consultoria e engenharia, de máquinas e equipamentos para a atividade petrolífera, realizados por dezenas de empresas que têm na Petrobrás sua grande cliente, quanto as cadeias produtivas mais tradicionais, como as da cana e do leite, todas são cada vez mais fortemente influenciadas pelas flutuações econômicas e articulações políticas nacionais e internacionais. Neste sentido, o novo caráter das relações campo-cidade no Norte Fluminense se deve a uma urbanização que conduziu ao intenso aprofundamento das conexões entre a dinâmica intra-regional e as escalas nacional e internacional. A mão-de-obra qualificada presente em Macaé, de origem citadina, em muitos casos proveniente de fora do país sintetiza, em grande medida, os referenciados vínculos.

No entanto, há que se caracterizar mais amplamente o processo de reconfiguração de rural e urbano como representações do espaço. De todos os 9 municípios do Norte Fluminense, apenas São Francisco de Itabapoana ainda possui população classificada pelo IBGE como “rural” (fora dos perímetros de cidade e vilas), mais numerosa do que a população “urbana”, que aqui se prefere denominar de citadina. Entretanto, mesmo neste município, como em todos os outros, verifica-se um número cada vez maior de domicílios equipados com aparelho televisor ou, mesmo, com acesso a internet. Retomando nossas considerações a respeito de representações ou imagens dominantes na mídia, aí se encontram as bases para uma urbanização atrelada à dimensão cultural: a difusão de padrões de comportamento provenientes da metrópole, o reforço do “urbano” como mais evoluído, moderno, ambiente onde há acesso mais facilitado a produtos e serviços e, portanto, melhor qualidade de vida. Longe da “resignificação da natureza” e conseqüente “revalorização do rural” (KAYSER, 1996 e CARNEIRO, 2003) verificada em países centrais, o Norte Fluminense, como espaço periférico e de fortes desigualdades sociais e espaciais, apresenta-se intensamente vinculado a representações próprias da modernidade Ocidental (MOREIRA, 2002), derivadas de visões sociais constituídas no meio urbano-industrial europeu, que somente nas últimas décadas se generalizam mais amplamente entre a população, devido à crise agropecuária em contraste com o reforço da urbanização trazido com a atividade petrolífera.

o rural da modernidade ficou identificado com a tradição, incivilidade e irracionalidade. Associado às relações face a face, às culturas estáveis, homogêneas e primitivas, ficou identificado como conservador. Associado ao antigo regime – feudal em alguns casos e escravista em outros – ficou

identificado como autoritário, não-democrático. Noutra sentença, o território urbano ficou referido ao tempo contínuo, ao mecanismo do relógio e ao espaço geométrico horizontal-vertical das ruas e dos edifícios. O território rural ficou associado ao tempo sazonal e ao espaço ecossistêmico da natureza. (MOREIRA, 2006, p. 8)

São referências a concepções de espaço-tempo arraigadas e associadas, no campo da reflexão científica, ao problema do excessivo historicismo apontado por Soja (1993) ao revisar a teoria social crítica em busca de um resgate da importância do espaço geográfico. Uma das mais contundentes repercussões ou desdobramentos desta sobrevalorização da História e das variáveis temporais nas sociedades, gerou confusões entre historicismo e evolucionismo, algo que acabou servindo de fundamento para reafirmar uma concepção de rural como “espaço atrasado” e, de urbano, como “moderno, desenvolvido”.

#### **4. Considerações finais**

Por todo o exposto, as imagens de rural e urbano no Norte Fluminense estão longe de passar pela mesma reconfiguração de significados a elas atribuídas a partir de domínios metropolitanos ou, mais marcadamente, em sociedades pós-industriais de países centrais. Esta reconfiguração é aquela própria da difusão da modernidade, relativa a fatores de modernização produtiva, a influências culturais de origem citadina veiculadas pelos meios de comunicação.

Deste modo, é possível identificar novas urbanidades e ruralidades capazes de conferir aos espaços campestres e citadinos novas funções. As dinâmicas econômicas e demográficas que ensejam um novo caráter das relações campo-cidade incluem não mais o forte êxodo rural, mas o destaque às migrações de vilas para cidades, ou de centros locais para centros regionais, como Campos e, principalmente, Macaé. Novos fixos em processo de instauração como o Portos do Açú e o estaleiro de Barra do Furado, em Quissamã, além do asfaltamento de estradas e todos os equipamentos ligados à produção e exploração de petróleo, articulam fortemente a região a escalas de maior abrangência, intensificando processos de alienação do território, cada vez menos organizado de acordo com os interesses de quem nele habita. Ainda assim, continua intensa a mobilidade de mão-de-obra associada à canavicultura e relevantes os números que indicam o emprego de mão-de-obra na atividade pecuária.

Todo este quadro revela uma sobreposição de territorialidades, de ruralidades e urbanidades no espaço regional, relativas aos diferentes agentes sociais envolvidos nesta dinâmica. Assim, torna-se inútil tentar delimitar “rural” e “urbano”, na medida em que o urbano se revela onipresente e contraditoriamente não elimina ruralidades. Estas se reafirmam, por vezes, através de iniciativas ligadas ao turismo histórico, ainda incipientes, ou aos constantes rumores relativos a novos empreendimentos agroindustriais, seja na cadeia sucro-alcooleira, seja na frutícola ou pecuária.

#### **Referências**

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. *Municípios Beneficiários dos Royalties no Brasil – 2007*. Brasília: ANP, 2007. 23p.

BARRETO, Vivian Santoro. As Atividades Petrolíferas e as Transformações Recentes nos Municípios Confrontantes com a Bacia de Campos: Uma Análise Socioespacial. 104 f. *Monografia* (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade do Estado do

Rio de Janeiro, 2005.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, G. J. e PESSÔA, Vera L. S. (Orgs.). *Interações Geográficas – a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa*. Uberlândia: Roma, 2007. 207 p.

CARNEIRO, Maria J. T. Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica. In: *El mundo rural: transformaciones y perspectivas à la luz de la nueva ruralidade*. Bogotá. out. 2003.

CASTRO BARBOSA, P. P. Biazzo de; MARAFON, Gláucio José. Diversificação Produtiva, Modernização e Transformações nas Relações de Produção em São Francisco de Itabapoana (RJ). *Anais do III Encontro de Estudos Agrários*. Curitiba: UFPR/ Depto. de Geografia, abr. 2003 (a).

CASTRO BARBOSA, P. P. Biazzo de; MARAFON, Gláucio José. A Inserção do Município de Quissamã no Complexo Agroindustrial Sucro-alcooleiro. In: *Revista Geografia*, Rio Claro (SP): AGB/Unesp, v. 28, n. 2, p. 153-167. mai-ago. 2003 (b).

CASTRO BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de. A Constituição de uma Periferia em Face da Modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense. In: MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2003. p. 111-148. 252p.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudo de Viabilidade de um Pólo de Fruticultura na Região Norte-Noroeste Fluminense*. RJ: Governo do Estado do Rio de Janeiro / FIRJAN, 1998. 31 p.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, *Anuário estatístico do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/Nigraph, 2005. CD-ROM.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.  
JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1991. 431p.

KAYSER, Bernard. *Ils Ont Choisi La Campagne*. Paris: Editions de L'Aube, 1996.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da Agricultura Brasileira – debates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARAFON, Gláucio José. A Dimensão Espacial do Complexo Agroindustrial Soja no Rio Grande do Sul. 225 f. *Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 1998.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação, *Cadernos CPDA – Ruralidades*. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 1. nov. 2002.

- MOREIRA, Ruy. *Formação do Espaço Agrário Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MORMONT, Marc. Vers une Redéfinition du rural. *Recherches Sociologiques*, v. XX, n. 3. 1989. p.331-350.
- PESAVENTO, S. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos (CPDOC)*, v. 8, n. 16. 1995. p. 279-290.
- PETROBRAS. Mar Adentro. *Revista Petrobrás*, v. 13, n. 128, p. 10-19. ago. 2007.
- PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 312 p.
- PIQUET, Rosélia e SERRA, Rodrigo (Org.). *Petróleo e Região no Brasil – o desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 352 p.
- REMY, Jean. Pour une sociologie du rural ou le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. *Recherches Sociologiques*, v. XX, n. 3. 1989. p. 265-276.
- RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Marta Foeppe (Orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ/CTC-IGEO-Depto. de Geografia, 2002. p. 27-42. 208 p.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 390 p.
- SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1999. 174 p.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, M. L. *Brasil: Sociedade e Território no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 474 p.
- SEBRAE. *Perfil Sócio-econômico da Região Norte*. Rio de Janeiro: Sebrae-RJ, 1998. 68 p.
- SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Atualização da Matriz Energética do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CEMEE / SECTEC, 2000. 128p.
- SILVA, Augusto C. Pinheiro da. Em Busca do Rural Moderno no Estado do Rio de Janeiro: projetos, estratégias e gestão do território exemplificados no Norte e Noroeste Fluminense. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- SOJA, E. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOUZA, Marcelo José L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, et al. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77-116.
- VELHO, Otavio G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.